

Resolução n.º 3/03 de 3 de Fevereiro

Considerando que o Governo da República de Angola e o Governo da República da Namíbia reconhecem os princípios da igualdade de soberania e integridade territorial de todos os Estados;

Considerando que a delimitação e demarcação da fronteira marítima é estabelecida para o melhor interesse dos dois Estados;

Considerando ainda que os dois Estados estão empenhados e desejam manter relações de boa vizinhança entre si;

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea k) do artigo 88.º e do n.º 6 do artigo 92.º ambos da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional emite a seguinte resolução:

1.º - É aprovado o Tratado sobre a Delimitação e Demarcação da Fronteira Marítima entre a República de Angola e a República da Namíbia.

2.º - A presente resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2002.

O Presidente da Assembleia Nacional, Roberto António Víctor Francisco de Almeida.

TRATADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA SOBRE A DELIMITAÇÃO E DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA MARÍTIMA

Considerando que a declaração entre o Governo de Portugal e o Governo da Alemanha assinada em Lisboa a 30 de Dezembro de 1886, descreve a linha de fronteira entre a República da Namíbia e a República de Angola; e

Considerando que a República da África do Sul assumiu a responsabilidade pela administração do Sudoeste Africano sob os auspícios do tratado da Liga das Nações, ratificado em 1920 e o Acordo com o Governo de Portugal relativo à fronteira entre o então território do Sudoeste Africano e a Província de Angola, assinado na Cidade do Cabo a 22 de Junho de 1926, em que se declarava que a fronteira entre os dois países era determinada por uma linha mediana traçada a partir das duas margens do Rio Cunene;

Considerando que a Província de Angola alcançou a sua soberania no dia 11 de Novembro de 1975, tornando-se na República de Angola;

Considerando que o Território do Sudoeste Africano alcançou a sua soberania no dia 21 de Março de 1990, tornando-se na República da Namíbia;

Considerando que o Governo da República de Angola e o Governo da República da Namíbia reconhecem os princípios da igualdade de soberania e integridade territorial de todos os Estados;

Considerando que os dois Estados estão empenhados e desejam manter boas relações de vizinhança entre si; e

Considerando que a Delimitação e Demarcação da Fronteira Marítima é estabelecida para o melhor interesse dos dois países;

Por consequência, fica por meio deste acordado:

ARTIGO 1.º

(Definições)

a) «Partes Contratantes» significa o Governo da República de Angola e o Governo da República da Namíbia;

b) «Delimitação» significa a delimitação conduzida pela Comissão Conjunta para a Delimitação e Demarcação da Fronteira;

c) «Demarcação» significa a monumentação de marcos permanentes de sinalização e de bóias referidas nos parágrafos 23 e 25 do anexo B;

d) «Tratado» significa este Tratado;

e) «Comissão Conjunta» significa a Comissão Conjunta para Delimitação e Demarcação da Fronteira, estabelecida nos termos do artigo 2.º deste Tratado.

ARTIGO 2.º

(Estabelecimento da Comissão Conjunta para a Delimitação e Demarcação da Fronteira)

A Comissão Conjunta para a Delimitação e Demarcação da Fronteira (desde então referenciada como «comissão»), entre Angola e a Namíbia é através deste, estabelecida.

ARTIGO 3.º

(Delimitação)

1. O ponto de partida para a determinação do Mar Territorial, Zona Económica Exclusiva e Plataforma Continental entre a República de Angola e a República da Namíbia, será a intercepção da linha de base e do paralelo de 17° 15', Latitude Sul.

A partir desse ponto, sobre a linha de base a fronteira marítima estender-se-á ao longo do paralelo 17° 15' latitude Sul em direcção Oeste, por uma distância de 200 milhas náuticas.

2. As coordenadas geodésicas referenciadas no presente artigo deverão ser calculadas com base no sistema de referência WGS 84 (Sistema Mundial Geodésico).

3. A distância de 200 milhas náuticas estipuladas no parágrafo 1 do presente artigo devem ser medidas a partir da linha de base de acordo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982.

4. A linha definida, o ponto início referenciado no parágrafo 1, a posição das bóias e os marcos de sinalização em terra referidos neste artigo, serão representados em mapas de escala apropriada, intituladas «A Fronteira Marítima, o Mar Territorial, A Zona Económica Exclusiva e a Plataforma Continental entre a República de Angola e a República da Namíbia».

ARTIGO 4.º

(Ilhas situadas no mar)

Onde a linha definida de acordo ao artigo 3.º do presente tratado, atravessar uma ilha situada no mar, a mesma linha constituirá a fronteira marítima entre a República da Namíbia e a República de Angola.

ARTIGO 5.º

(Extensão da linha definida)

Se for necessário estender a linha definida de acordo com o artigo 3.º do presente tratado, a mesma será feita em direcção à Plataforma Continental, adjacente aos territórios da República de Angola e da República da Namíbia, devendo tal extensão ser previamente acordada pelas duas partes, segundo as Convenções Internacionais.

ARTIGO 6.º

(Resoluções de controvérsias)

Qualquer controvérsia que possa vir a ocorrer entre as partes contratantes, relacionadas com a interpretação ou aplicação deste tratado, bem como as cláusulas referenciadas nos anexos e que constituem parte integrante deste tratado, deverá ser solucionada através dos canais diplomáticos de acordo com as Convenções Internacionais aplicáveis.

ARTIGO 7.º

(Entrada em vigor)

Este tratado entra em vigor depois de ter sido ratificado pelas partes contratantes de acordo com os requisitos constitucionais em vigor em cada uma das partes.

Após a ratificação, cada uma das partes contratantes deverá notificar a outra sobre a sua conclusão através dos canais diplomáticos, dentro de um período de 30 dias, devendo então o tratado tornar-se efectivo a partir da data de recepção do último instrumento de ratificação.

ARTIGO 8.º

(Anexos)

O presente tratado inclui os seguintes anexos:

- a) Tribunal de Arbitragem;
- b) Comissão Conjunta de Fronteira;
- c) Cartas.

Em testemunho do qual os signatários, devidamente autorizados pelos seus respectivos governos, assinaram este tratado.

Feito em Luanda, aos 4 de Junho de 2002 em língua portuguesa e inglesa, sendo os dois textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República de Angola, João Bernardo de Miranda, Ministro das Relações Exteriores.

Pelo Governo da República da Namíbia, Theo Ben Gurirab, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Informação e Radiodifusão.

ANEXO A

Tribunal de Arbitragem.

Qualquer controvérsia relacionada com a interpretação ou aplicação deste tratado, que não possa ser solucionado através de consulta formal, será referida a arbitragem de acordo com os procedimentos abaixo mencionados.

1. A arbitragem será constituída por um tribunal de três árbitros.
2. Cada parte contratante deverá nomear um árbitro. Estes dois árbitros deverão por acordo nomear um terceiro árbitro, que não será cidadão nacional de nenhuma das partes contratantes e que agirá como Presidente do Tribunal de Arbitragem.
3. Cada parte contratante deverá suportar os custos do seu árbitro tal como da sua representação nos procedimentos de arbitragem. Os custos do presidente ou terceiro árbitro deverão ser igualmente divididos entre as partes contratantes.
4. O local de arbitragem deverá ser determinado pelo presidente ou terceiro árbitro.
5. Excepto se for de outro modo acordado pelas partes contratantes o Tribunal de Arbitragem deverá determinar os limites da sua jurisdição de acordo com este tratado e estabelecerá os seus próprios procedimentos, provido de que a decisão tomada pelo tribunal relacionada tanto como os custos dos procedimentos como das decisões e das razões existentes, devem ser feitas por escrito.
6. Durante a decisão de controvérsia, o Tribunal de Arbitragem deverá decidir de acordo com as provisões deste tratado e das leis internacionais.
7. A decisão da arbitragem do tribunal deverá ser final e vinculativa para as partes contratantes. Cada parte contratante deverá cumprir efectivamente com qualquer decisão do Tribunal de Arbitragem.

ANEXO B

Comissão Conjunta de Fronteira

Composição da Comissão.

1. A comissão deverá ser constituída por não mais de 12 técnicos especializados não mais de seis nomeados por cada parte contratante.
2. Cada parte contratante designará como co-líder da comissão um dos técnicos especializados.
3. Os membros da comissão, nomeados por cada uma das partes, responsabilizar-se-ão pela formação de um grupo técnico de apoio e de um secretariado que os assistirá na execução das suas funções.
4. Cada uma das partes contratantes submeterá à outra os nomes dos seus membros, num prazo de 30 dias após a data da assinatura deste tratado.
5. Para se assegurar a continuidade e eficiente conclusão dos trabalhos da comissão, nenhuma das partes contratantes poderá nem permanente ou temporariamente retirar ou substituir qualquer um dos membros por outro, sem previamente ter consultado a outra parte contratante. Estas consultas podem ser de natureza informal, mas devem ser registadas por escrito.

Agenda e local das reuniões da comissão.

6. A agenda de reuniões da comissão deverá assinalar o dia, a hora e o local das reuniões.
7. As reuniões da comissão realizar-se-ão tanto na Namíbia, como em Angola, conforme determinado pela comissão.
8. O país anfitrião deverá ser responsável pela preparação e pelas actas das reuniões, bem como de qualquer outro apoio logístico necessário.

Início dos trabalhos da comissão.

9. A comissão iniciará o seu trabalho 40 dias após a assinatura deste tratado, conforme estabelecido nos termos do artigo 7.º. Não obstante ao acima referenciado, as partes contratantes podem, por acordo mútuo, estender o período do início dos trabalhos para uma data tardia.

Conclusão dos trabalhos da comissão.

10. A comissão deverá concluir os seus trabalhos no prazo de 12 meses, contados a partir da data de início dos seus trabalhos, de acordo com o parágrafo 9 acima referenciado.

11. A comissão não deverá exceder o período estipulado ao menos que seja especificamente autorizado pelas partes contratantes.

Relatório dos trabalhos da comissão.

12. O relatório da comissão relacionado com a delimitação e demarcação da fronteira marítima deverá ser final e engajando as partes contratantes.

13. Cada uma das partes contratantes deverá dar a devida importância ao relatório da comissão.

Notificação.

14. A comissão deverá notificar as partes contratantes com antecedência, quando tiver em condições de submeter pelo menos 10 textos originais do seu relatório final, à apreciação dos representantes das partes contratantes, para permitir-lhes que recebam o mesmo relatório na data e lugar de sua preferência.

15. Todas as notificações para as partes contratantes no caso da Namíbia, deverão ser endereçadas ao Secretário Permanente do Ministério de Administração Territorial, Reinserção e Reabilitação e no caso de Angola ao Ministério da Justiça.

Acesso.

16. As partes contratantes deverão facilitar o acesso da comissão, seus signatários e agentes, aos respectivos territórios ao longo da fronteira, área de actividade da comissão.

17. Os custos de delimitação e demarcação da fronteira marítima deverão ser igualmente suportados por ambas as partes contratantes. As partes contratantes deverão elaborar um orçamento mútuo para a execução das tarefas inerentes a este tratado.

18. Cada parte contratante deverá suportar as despesas dos seus membros na comissão, sendo as auferidas em conjunto, equitativamente suportadas.

19. Cada parte contratante deverá através da comissão suportar as despesas resultantes da manutenção dos marcos de sinalização no seu respectivo território.

20. As partes contratantes deverão em conjunto e através da comissão suportar as despesas da manutenção e substituição das bóias.

Língua de trabalho.

21. O inglês e o português deverão ser as línguas oficiais da comissão.

Funções da comissão.

22. As funções da comissão serão as seguintes:

22.1. Finalizar a delimitação da fronteira marítima entre a República da Namíbia e a República de Angola;

22.2. Recolher e apresentar toda a informação topográfica e cartográfica relacionada com a área de trabalho existente, disponível nos dois países;

22.3. Efectuar estudos sobre a zona de trabalho:

Meridiano 11º, 45' e 11.º 49' Este

Paralelo 17º 14' e 17º 17' Sul

(delineado a partir do limite marítimo Angola-Namíbia: 17º 15' Latitude S e 11º 45' Longitude E)

22.4. Determinar a posição aproximada para a colocação dos marcos;

22.5. Determinar o tipo de marcos a serem monumentados;

22.6. Determinar as coordenadas geográficas dos marcos monumentados.

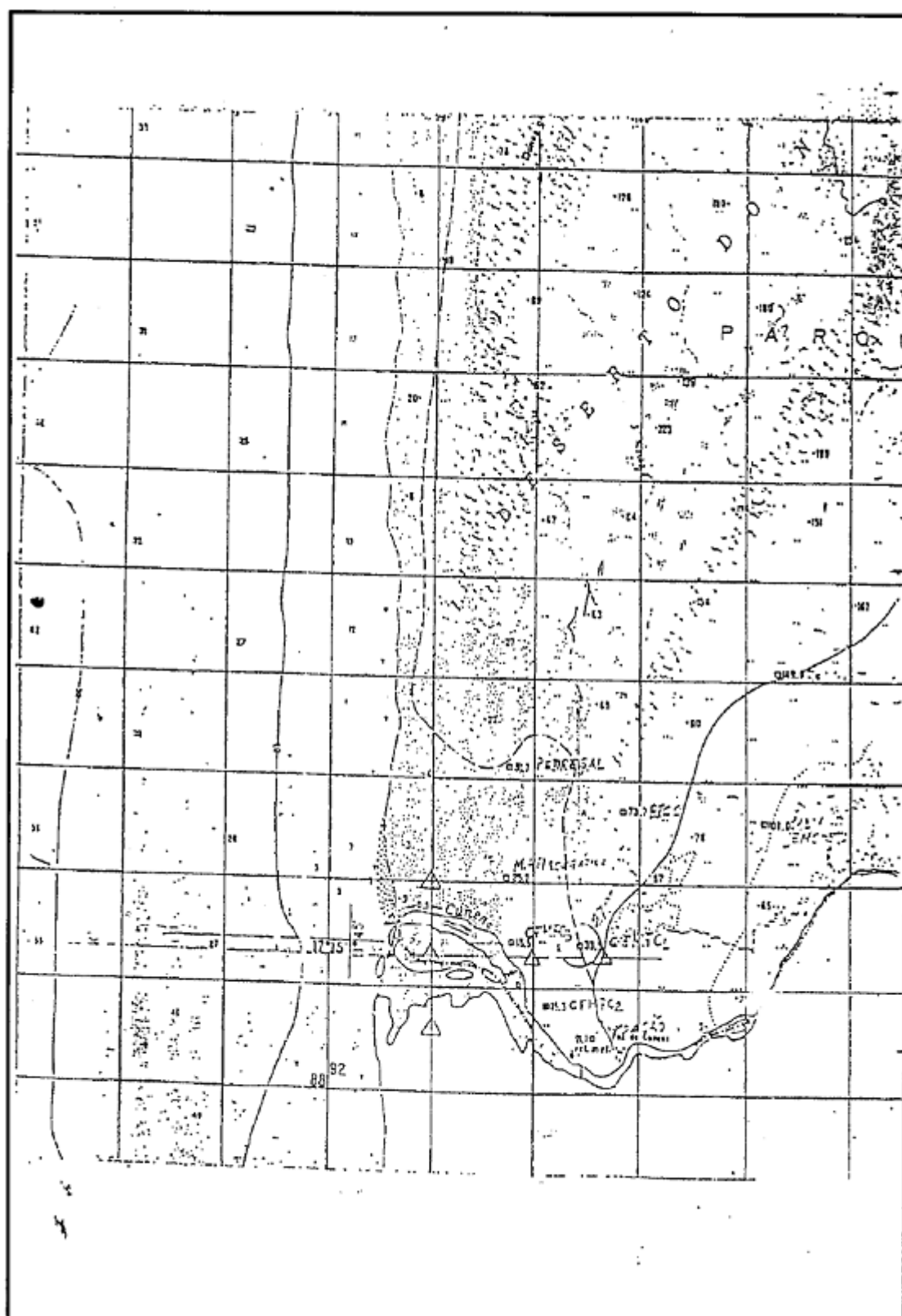
23. Demarcar e delimitar a fronteira marítima entre a República da Namíbia e a República de Angola, monumentado dos marcos em terra, firma na linha latitude 17º 15' Sul. Estes marcos serão monumentados de tal forma que a linha de visão entre os marcos projectados na direcção Oeste interceptará a linha de base. O ponto de intercepção desta linha e a linha de base deverão ter a latitude de 17º 15' Sul e uma longitude que coincidirá com a posição da linha de base. Este ponto início e em direcção Este, a fronteira deverá continuar a ser a linha entre o ponto início e a mediana da foz do Rio Cunene.

24. A partir deste ponto, a fronteira marítima deverá continuar na direcção Oeste ao longo da latitude 17° 15' S, por distância de 200 milhas náuticas.
25. Colocar pelo menos uma bóia luminosa e visível de dia e de noite na intercepção do paralelo 17° 15' de latitude Sul com a linha de base no sentido Oeste.
26. Produzir um mapa topográfico à escala apropriada a partir de fotografias aéreas ou por imagens de satélite.
27. Na determinação da linha de base e subsequentemente a fronteira marítima os marcos geodésicos existentes nos dois lados da margem do rio, deverão ser alinhados e ajustados simultaneamente.
28. Sinalizar os marcos a fim de se obter fotografias aéreas à escala grande, nos períodos de marés altas e baixas e do nível médio.
29. Compilar e publicar um mapa à escala desejada, com o objectivo de representar graficamente a fronteira marítima entre Angola e a Namíbia.

Regulamentos sobre os procedimentos da comissão.

30. A comissão deverá determinar os seus próprios regulamentos de procedimentos para os casos não previstos neste tratado.

O Presidente da Assembleia Nacional, Roberto António Víctor Francisco de Almeida.



THE NORTHERN LIMIT OF THE TERRITORIAL
SEA AND EXCLUSIVE ECONOMIC ZONE OF THE
REPUBLIC OF NAMIBIA

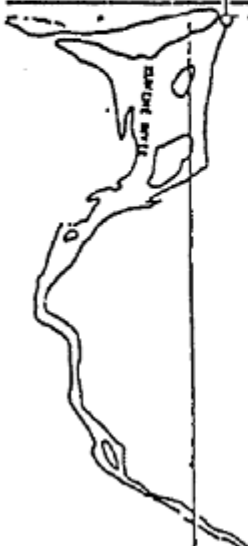
Parallel of Latitude 17° 14' 41" South

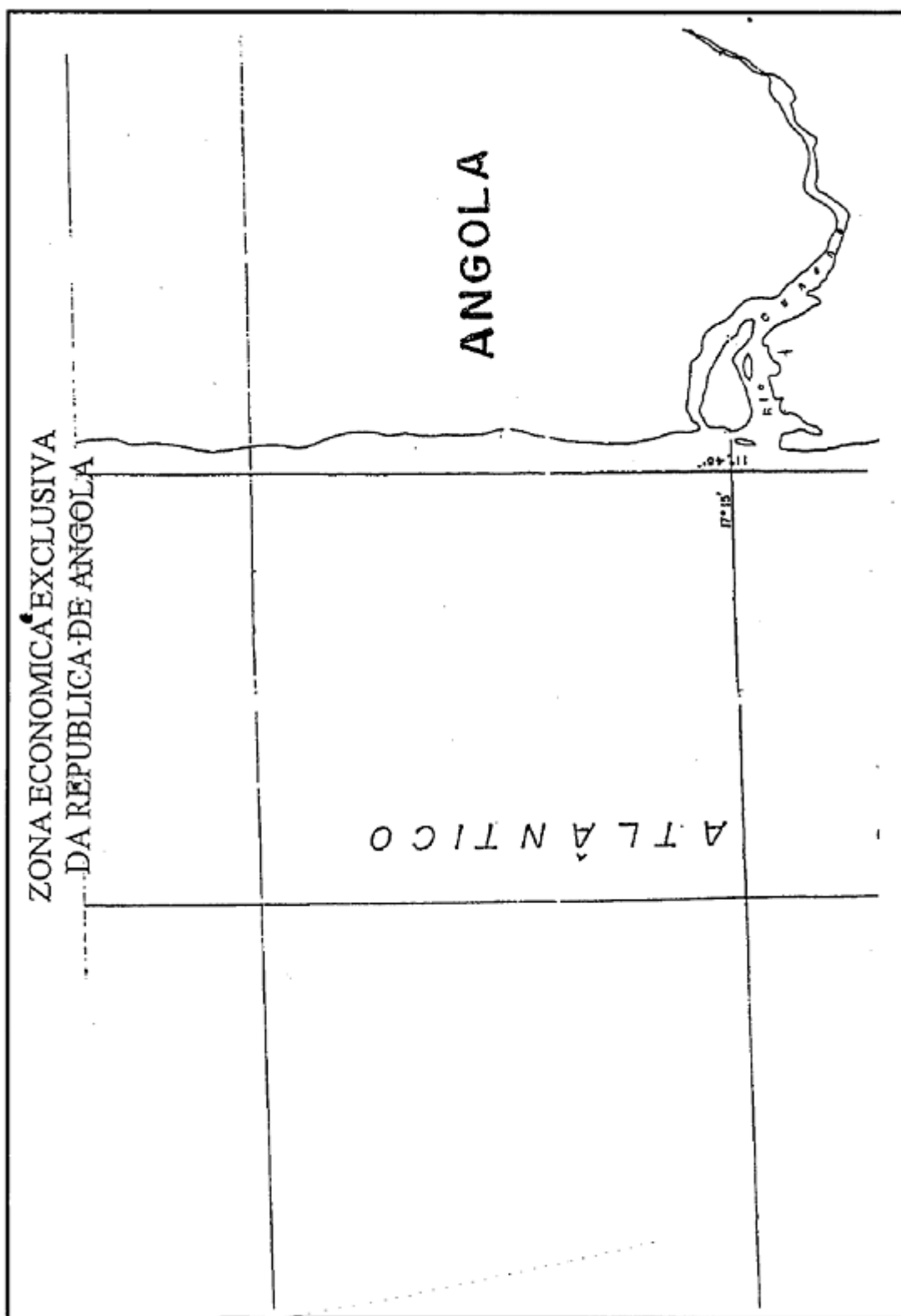
A T L A N T I C O C E A N :

11° 44' 00" East

17° 15' S

ANGOLA





O Presidente da Assembleia Nacional, Roberto António Vítor Francisco de Almeida.